



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 2498/15	DATA: 24/11/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 14h29min	TÉRMINO: 15h42min	PÁGINAS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WELLINGTON DO CURSO - Deputado Estadual do Maranhão.

SUMÁRIO

Apresentação de compilação de proposições legislativas e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Ata.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da Ata da 27ª reunião, realizada em 17 de novembro de 2015.

Indago se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Alexandre Serfiotis.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: das empresas Opção Telecom, Claro e Spin Telecomunicações, que respondem à transferência de sigilo solicitada por meio do Ofício nº 87, de 2015, desta Presidência; do Deputado Laudivio Carvalho, que justifica sua ausência na reunião de 17 de novembro; do Deputado Aureo, que também justifica sua ausência na reunião do dia 17 de novembro.

A presente reunião consistirá na apresentação de compilação de proposições legislativas pelo Sub-Relator Deputado Alexandre Serfiotis e, a seguir, deliberação de requerimentos.

Apresentação do Sub-Relator.

Concedo a palavra ao Sub-Relator Deputado Alexandre Serfiotis.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde a todos! Hoje nós faremos a leitura da Sub-Relatoria de Proposições Legislativas da CPI de Maus-Tratos de Animais:

“Relatório.



Criada em 17 de julho 2015 e instalada em 6 de agosto último, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar fatos determinados como maus-tratos de animais, originou-se do requerimento do Exmo. Sr. Deputado Ricardo Izar e apoiadores.

Os fatos que a ensejaram são os seguintes:

1 - captura e matança de cães na cidade de Santa Cruz do Arari, na Ilha de Marajó, Pará;

2 - flagrante de maus-tratos a animais no Centro de Zoonoses de Poços de Caldas, Minas Gerais;

3 - flagrante de agressão a cão da raça *yorkshire* até a morte na cidade de Formosa, Goiás;

4 - episódio conhecido como Caso Dalva, segundo o qual a Sra. Dalva Lina da Silva, moradora do Bairro Vila Mariana, em São Paulo, foi acusada de se passar por protetora de animais e, após recolher cães e gatos, matá-los com injeção no coração;

5 - acusação de maus-tratos e morte de um equino jegue que foi amarrado a um automóvel pelo Sr. Celso Ferreira e arrastado por mais de 4 quilômetros entre o povoado de Três Barras até a sede do Município de Graccho Cardoso, Sergipe;

6 - exploração inadequada de dromedários para transporte de turistas na Praia de Genipabu, localizada no Município de Extremoz, distante 25 quilômetros de Natal, Rio Grande do Norte;

7 - abatedouros clandestinos de cavalos;

8 - propostas de apreensão e abatimento de equinos jegues para alimentação de presidiários, no Rio Grande do Norte, supostamente feitas pelo Promotor de Justiça do Município de Apodi, Rio Grande do Norte;

9 - o caso do Instituto Royal, no Município de São Roque, São Paulo, invadido em 2013 por grupos que atuam na área de defesa de animais, devido à denúncia de maus-tratos contra animais, em especial cães da raça *beagle*, utilizados em suas pesquisas laboratoriais.

A partir dos nove eixos temáticos, sob análise das Comissões, e da reunião de audiência pública realizada, mesmo aquela não diretamente ligada aos fatos que basearam a constituição da CPI, como é o caso do manejo populacional e



descentralização do serviço de bem-estar animal e vigilância epidemiológica, inclusive o Centro de Zoonoses, o aumento dos casos de leishmaniose animal, criação, manejo, transporte e abate de animais para o consumo, uso inadequado de tração animal, principalmente em áreas urbanas, caça, tráfico e maus-tratos de animais silvestres, entre outros, além da abordagem mais geral da proteção animal, esta Sub-Relatoria optou por recomendar encaminhamentos relativos a proposições legislativas, conforme o que segue.

Recomendações: quanto à proteção animal — instalação imediata, pela Comissão dos Deputados, de Comissão Especial destinada a analisar o PL 215, de 2007, de autoria do Deputado Ricardo Tripoli, que institui o Código Federal de Bem-Estar Animal. A matéria está apensada a outras 25 proposições distribuídas em seu conjunto para as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Educação; de Cultura; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania; configurando-se, portanto, a necessidade de uma Comissão Especial para apreciar as propostas. A Comissão chegou a ser criada por ato da Presidência em novembro de 2007, mas jamais chegou a ser instalada.

Observação: entre os apensados ao PL 215, de 2007, encontra-se o PL 3.676, de 2012, que *“institui o Estatuto dos Animais”*, para o qual também recomendamos aprovação.

Aprovação do Projeto de Lei nº 679, de 2007, que *“consolida a legislação ambiental brasileira”*. A matéria encontra-se pronta para a pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovação do Projeto de Lei nº 6.799, de 2013, que *“visa tutelar os direitos dos animais domésticos e silvestres conferidos de novo regime jurídico ‘sui generis’, afastando o juízo legal de coisificação dos animais e prevendo nova natureza jurídica, que reconhece a estes direitos significativos”*. A matéria aguarda designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovação do Projeto de Lei nº 7.010, de 2013, que *“altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras*



providências, para tipificar o crime de abandono de animais". Observação: tramita apensado ao Projeto de Lei nº 215, de 2007.

Aprovação do Projeto de Lei nº 466, de 2015, que *"objetiva a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras"*. O projeto aguarda parecer do Relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Aprovação do Projeto de Lei nº 616, de 2015, que *"trata sobre a obrigatoriedade de Estados e Municípios desenvolverem políticas públicas mínimas de proteção animal para celebração de convênios com a União"*. O projeto foi aprovado, em 18 de novembro, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e segue para análise na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Aprovação do Projeto de Lei nº 1.822, de 2015, que *"determina o registro e a identificação eletrônica de cães, gatos, equinos, muares e asininos por seus proprietários, e altera a Lei nº 9.605, de 1998, para tipificar o abandono de animais em vias públicas"*. Observação: tramita apensado ao Projeto de Lei nº 215, de 2007.

Quanto a manejo populacional e descentralização dos serviços de bem-estar animal e vigilância epidemiológica, centro de zoonoses e aumento dos casos de leishmaniose animal, sugerimos a aprovação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.376, de 2003, que *"trata sobre a política de controle de natalidade de cães e gatos mediante emprego de esterilização cirúrgica, vedando o extermínio de cães e gatos saudáveis"*.

A proposição já foi submetida à análise do Senado Federal, que a aprovou em revisão com emendas. As emendas do Senado ao PL encontram-se prontas para a pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.738, de 2011, que *"dispõe sobre a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose Animal"*. A proposição aguarda parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família.

Aprovação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.490, de 2012, que *"proíbe a eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis"*



públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, salvo as disposições específicas que permitam a eutanásia, de forma que animais sadios não sejam exterminados em centros de zoonoses quando em plenas condições de salubridade para participarem de feiras e programas de adoção". A matéria aguarda parecer do Relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Quanto ao tráfico e maus-tratos de animais silvestres, sugerimos: aprovação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.359, de 2015, que *"aperfeiçoa a tipificação do crime de tráfico de animais silvestres e das condutas a ele correlatas, melhorando o tipo penal relativo a esse tipo de tráfico, separando-o das condutas relativas à caça e à guarda específica de espécimes da fauna silvestre nativa, promovendo ainda modificações para a tipificação das condutas de introdução de espécimes em território nacional e de abandono de animal"*.

Observação: esse projeto tramita apensado ao PL nº 347, de 2003, da autoria da CPI de Tráfico de Animais, que *"tipifica como crime a comercialização de peixes ornamentais e a venda, exportação, aquisição e guarda de espécimes da fauna silvestre, quando praticadas de forma permanente, em grande escala, em caráter nacional ou internacional. Aumenta a pena quando houver tentativa de evitar flagrante, dentre outros"*. Está pronto para a pauta do Plenário.

Aprovação do Projeto de Lei nº 3.142, de 2012, que *"trata sobre agravamento da pena para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos"*. A proposição tramita apensada ao Projeto de Lei nº 7.199, de 2010, o qual *"visa aumentar o rigor da repressão penal das condutas e atividades lesivas aos animais"*. Encontra-se aguardando designação do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Quanto ao uso inadequado de tração animal, principalmente na área urbana. Aprovação do Projeto de Lei nº 6.357, de 2013, que *"dispõe sobre a proibição do uso de veículos de tração animal em área urbana com mais de 80 mil habitantes e a sua substituição por veículos de propulsão humana ou motorizada, bicicletas normais ou elétricas, de forma a melhorar as condições de trabalho e vida dos carroceiros, bem como o bem-estar dos animais"*. A matéria aguarda parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



Quanto às iniciativas da CPI destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais, apresentação de projeto de lei que *“revogue dispositivos da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades de equideocultura no País que permitem o abate de equídeos e asininos para fins industriais e comerciais”*.

Apresentação do projeto de lei que *“altere a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, a qual regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais com vistas a fortalecer os meios de acompanhamento e fiscalização dessas práticas”*.

Apresentação do projeto de lei que *“equalize o serviço de inspeção e estabelecimento de abates sem diferenciar a distinção da carne, seja para exportação ou consumo interno, de forma que todos sejam inspecionados sob critérios idênticos de bem-estar animal”*.

Apresentação de projeto de lei que *“objetive ação supletiva de inspeção federal em Estados e Municípios que não exerçam a contento sua atribuição de fiscalização”*.

Envio de indicação ao Poder Executivo recomendando a imediata edição pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da nova instrução normativa sobre abate humanitário, em substituição à Norma vigente nº 3, de 2000, vez que já existe texto pronto originado de trabalho, que se iniciou ainda em 2010.

Apresentação do projeto de lei ou envio de indicação ao Poder Executivo que *“disponha sobre plano de contingência para empresas e pessoas responsáveis pelo transporte de animais de produção e treinamento para ação em caso de acidente”*. Observação: tal recomendação se faz devido ao observado na diligência efetiva por esta CPI, em 16 de outubro de 2015, para verificar as consequências do acidente ocorrido no cais do Porto de Vila do Conde, no Município de Barcarena, no Pará, onde houve o naufrágio de um navio que estava atracado finalizando o embarque de cerca de mil bois.

São inúmeros os acidentes que ocorrem, principalmente nas rodovias do País, ainda que não amplamente divulgados, os quais resultam em maus-tratos e/ou morte de animais transportados.



Feitas as recomendações, cabe enfatizar que as proposições aqui listadas constituem-se em pequena porcentagem das mais de 350 proposições que tramitam na Câmara dos Deputados, dispondo sobre o tema de defesa e proteção dos animais. Mas consideramos que representam com qualidade os temas sob a responsabilidade e competência desta CPI e para tanto contamos com seu acatamento integral pelo Relator-Geral deste colegiado, sem, contudo, restringir a possibilidade de que essas indicações sejam acrescidas ou suprimidas, conforme a autonomia da decisão que o Regimento lhe concede.”

Então, essas foram as proposições que nós entendemos como prioritárias para o bom andamento e a finalização da CPI de Maus-Tratos de Animais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, queria cumprimentar o nobre Deputado Alexandre Serfiotis pelo empenho, pela dedicação com que demonstrou durante todas as sessões realizadas na Comissão Parlamentar de Inquérito, tanto as externas, como aquelas que realizamos aqui no Plenário da Câmara Federal. O trabalho do Sub-Relator de proposições legislativas, sem sombra de dúvida, irá colaborar e muito para o Relatório Final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi a primeira a ser realizada aqui na Câmara Federal.

Com esse trabalho de compilar todos os projetos de lei, as iniciativas que tramitam na Câmara Federal, algumas dormentes há cerca de mais de 10 anos, V.Exa. conseguiu reintegrá-los para que nós pudéssemos atender a maioria da população brasileira no que diz respeito aos maus-tratos aos animais. Vejo que V.Exa. dignificou o seu trabalho pelo conteúdo, pela participação, pela densidade com que abordou o tema da proteção animal.

Tenha certeza de que estaremos aqui recepcionando a sua Sub-Relatoria, que contribui muito para que tenhamos êxito, e esperamos que o conjunto dos Deputados aprove as medidas e que possamos realizá-las da melhor forma possível no Plenário da Câmara Federal, no próximo ano, onde estaremos apresentando o Relatório Final para que a nova Mesa ou a Mesa Diretora atual possa disponibilizá-lo



e termos, assim, aprovadas leis que vão ao encontro do que nós, obviamente, nos propusemos a fazer aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, cumprimento V.Exa. Estaremos incorporando as medidas apresentadas por V.Exa. e, com certeza, ao término deste trabalho, teremos a votação, em que será importante a participação de todos, para que, obviamente, possamos chegar a bom termo. Mas aqui fica o registro ao nobre Sub-Relator, Sr. Presidente, para que isso fique registrado na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Junior Marreca.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Primeiro, eu quero parabenizar o Sub-Relator pelas proposições aqui feitas — parabéns! — com muito cuidado, muito zelo. Quero também parabenizar o Presidente e o nosso digníssimo Relator, pelo trabalho aqui desenvolvido.

Aqui eu fiz dois requerimentos, mas como eu já tenho a honra de ter aqui o Deputado Estadual Wellington do Curso, lá do Maranhão, que tem uma denúncia a fazer, eu solicito aqui, através do requerimento, a aprovação de um só requerimento, que ele seja incluído como convidado para participar da audiência pública, para denunciar a situação de abando de animais na capital maranhense. Então, eu queria pedir a V.Exa., Sr. Presidente — como ele está aqui —, que nós pudéssemos abrir essa oportunidade para que ele possa fazer o relato.

Ele fez essa denúncia já lá no Maranhão, na tribuna da Assembleia Legislativa. As pessoas lá realmente estão muito apreensivas com isso, e ele resolveu abraçar essa causa no nosso Estado. E assim como eu estou aqui na Câmara Federal, ele está lá na Câmara Estadual fazendo, também, esse trabalho muito importante.

Então, peço a permissão a vocês aqui para que nós possamos aprovar esse requerimento e possamos ouvir o nosso nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos votar o requerimento. Se ninguém for contra, nós já podemos ouvi-lo hoje — já aproveita a sua viagem, não é? Eu acho que facilita tudo. Então, vamos fazer a votação.

Eu queria, primeiro, parabenizar o Deputado Alexandre Serfiotis, que contribuiu bastante para a nossa CPI, esteve sempre presente, participou de algumas diligências que nós fizemos até aqui no Centro de Zoonoses do Distrito Federal, na questão do zoológico, e que abrilhantou a CPI com esse relatório, que, com certeza, deve ser acatado pelo Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

Eu queria também só comunicar que hoje estaria vindo aqui aquele Promotor do Rio Grande do Norte, de Apodi, que mandou matar os jumentos. Ele entrou com uma liminar no Supremo permitindo que ele aqui não venha. Então, ele foi supercorajoso na hora de usar da sua força, do poder do Ministério Público, lá com a Geuza, que era protetora, aplicando multa se ela continuasse com a denúncia; foi supercorajoso para contrariar a agência sanitária do Estado e fez o abate de forma ilegal; foi supercorajoso para incentivar as crianças nas escolas e as penitenciárias a consumirem carne de jumento, mas não teve a mínima coragem de vir aqui à CPI depor.

Nós entramos com um recurso para derrubar essa liminar. Se nós ganharmos esse recurso, aí ele vem para cá e nós já usamos a coercitiva. É uma pena que a CPI esteja acabando. Ele deixou para o finzinho, disse para nós que viria, deu a palavra que viria, nós acreditamos, mas nós já vimos que nessa pessoa nós não podemos confiar, nem acreditar.

Então, eu queria só registrar isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, eu queria aproveitar a fala para poder aqui também fazer uma manifestação da relatoria. Um membro do Ministério Público não pode se abster de participar de uma reunião em que se apuram irregularidades. A função precípua do Promotor de Justiça é exatamente esta: coibir esse tipo de delito que ele cometeu.

O que me causa estranheza é o corporativismo do Ministério Público local em não dizer ao Procurador-Geral de Justiça do seu Estado: *“Olhe, você vá lá e explique, diga por que você cometeu tal atrocidade, até porque não há concordância dos seus pares — com certeza — no próprio Ministério Público”*.



Nós faremos constar do relatório — como V.Exa. citou, não dará tempo do comparecimento... Que possamos — nós que participamos da Comissão de Meio Ambiente —, quem sabe, manter essa solicitação naquela Comissão, e, assim, ele não terá como escapar de, obviamente, vir a público. Ele, que é um Promotor Público, que venha a público alegar as suas manifestações ou, a seu juízo, dizer exatamente por que tomou determinadas medidas, já que ele foi à televisão, foi às rádios, foi aos jornais, para propagar esse tipo de atividade, sem saber exatamente o que a sociedade imagina de um comportamento de uma pessoa que tem de fazer exatamente o papel contrário, que é de preservar as vidas no planeta como um todo. E ele, não; ele tomou medidas que, obviamente, deixam a desejar.

Então, aqui fica o nosso registro. Com certeza, estaremos incorporando, no nosso relatório, essa sugestão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria comunicar que o policial federal que matou o cavalo na estrada — um vídeo rodou aí pela Internet — também não compareceu. Nós estamos providenciando a coercitiva para ele, mas eu acho também que não vai dar tempo, pelo prazo da CPI. Mas isso eu acho que nós podemos passar tudo para a Comissão de Meio Ambiente.

Há o caso do Deputado Sandoval, de Tocantins, que matou a onça; também não conseguimos localizá-lo, mas estamos pedindo a coercitiva também.

O Prefeito Fernando Haddad disse que compareceria sendo convidado. Nós votamos sobre isso, dizendo que seria transformado em convocação, caso ele não viesse. Então, nós estamos já transformando em convocação. Mas, independentemente disso, nós vamos votar hoje um requerimento. Que fique registrado o requerimento de votação da convocação do Prefeito Haddad, que vem depor na próxima quarta-feira. Ele recebeu o *e-mail* no dia 4 de novembro, e até hoje não teve tempo para responder ao convite da CPI. Então, nós já o transformamos em convocação.

Deputado Goulart, V.Exa. quer usar da palavra um pouco, antes de eu passar a palavra ao Deputado Alexandre Serfiotis? Porque nós estamos precisando de mais uma pessoa para dar o quórum para votarmos o relatório do Deputado Alexandre Serfiotis e o requerimento do Deputado Junior Marreca.



O SR. DEPUTADO GOULART - Eu quero cumprimentar o Deputado Serfiotis pelo trabalho. Sou companheiro de bancada do Deputado Serfiotis, sabemos do seu compromisso no Estado do Rio de Janeiro e do trabalho que vem sendo feito pelo Relator Tripoli, sob a Presidência de V.Exa.

Com relação ao Prefeito de São Paulo, eu estive conversando com ele recentemente, que falou que viria à CPI como convidado. Então, eu gostaria de ponderar, porque acho que é um desgaste desnecessário, já que ele se comprometeu a vir como convidado.

Eu me proponho, enquanto não há essa votação, a ligar para a Prefeitura e falar com ele. Eu tenho uma relação muito boa com o Prefeito, embora sejamos de partidos adversários. Eu gostaria que fosse ponderada essa possibilidade de se manter, sim, o convite, e não ser feita a convocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Goulart está nos garantindo que ele vem aqui falar conosco e propondo que façamos o convite. Eu estou tentando falar com ele sobre a Jacu-Pêssego há 2 anos e meio, e nunca consegui ser recebido lá.

O SR. DEPUTADO GOULART - É porque nós temos falado muito sobre a concessão do Hospital do Grajaú, de Parelheiros. Então, eu tenho falado quase que semanalmente com ele, em função da obra do Hospital de Parelheiros. Por isso é que nós temos tido uma frequência de conversa; ele se comprometeu a vir à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom.

Com a palavra o Deputado Alexandre Serfiotis.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Bem, na verdade, só quero fazer alguns agradecimentos. Agradeço primeiro a Deus; a todos os técnicos, assessores que contribuíram aqui para que nós chegássemos a este sub-relatório de proposições legislativas, que se esforçaram, que se debruçaram sobre os temas, no dia a dia, durante o decorrer desta CPI; ao Presidente, Deputado Ricardo Izar; ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli, por ter me dado oportunidade de participar como membro desta CPI e como Sub-Relator. Estamos aqui para somar, a fim de que possamos, diante de todas essas proposições que foram levantadas, que estão na Casa — como foi dito, mais de 350 projetos de lei caminham nesta Casa, na Câmara Legislativa —, tirar aquilo que consideramos fundamental para ter, a partir



desta CPI, um divisor de águas com relação ao bem-estar animal, à proteção animal.

Então, esperamos que isso seja acatado pelo Relator e que nós possamos, no próximo ano, dar sequência a esses projetos de lei, para que sejam aprovados e cumprir aquilo que determina a lei com relação ao bem estar animal, ao cuidado dos animais.

Sr. Presidente, muito obrigado por me dar a oportunidade de participar desta CPI. Mais uma vez, agradeço a todos que dela participaram; à minha chefe de gabinete, Kátia, que se empenhou no dia a dia; a todos que estiveram presentes, para que pudéssemos hoje, aqui, apreciar e votar a sub-relatoria das proposições legislativas; aos assessores parlamentares; aos técnicos. Deixo aqui o meu muito obrigado. Fiquem todos com Deus.

Sr. Presidente, mais uma vez, obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão o sub-relatório do Deputado Alexandre Serfiotis. *(Pausa.)*

Em votação o sub-relatório do Deputado Alexandre Serfiotis.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Parabéns!

Passamos agora à deliberação de requerimentos.

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, esta Comissão realizou diligência, no último dia 13 de novembro, na Ilha de Paquetá, Município do Rio de Janeiro. Dessa diligência, resultou uma reunião com alguns moradores do local, que requereram sigilo das informações prestadas.

Assim, classifico parte das informações produzidas por esta CPI — áudio e notas taquigráficas —, na diligência realizada, no dia 13 de novembro de 2015, na Ilha de Paquetá, como reservadas.

Coloco em deliberação a classificação de parte das informações produzidas.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a classificação.



Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até o dia de ontem, 18 de novembro.

Passamos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Requerimento nº 116, de 2015, da Sra. Raquel Muniz, que *“requer a realização de audiência pública na Câmara Municipal de Juiz de Fora, Minas Gerais, para uma exposição dos trabalhos realizados pela Comissão, tendo como objetivo maior promover debate de conscientização dos maus-tratos aos animais”*.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, vou subscrever a solicitação da nobre Deputado Raquel Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, a Deputado Raquel Muniz, que é assídua na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, tem demonstrado, ao longo deste ano, um empenho sobre os grandes problemas ocorridos no Estado de Minas Gerais, mais especificamente no Município de Juiz de Fora. A nossa solicitação é a exposição dos trabalhos realizados pela Comissão, ou seja, é uma forma de divulgarmos aquilo que vem sendo discutido aqui, para que o Estado de Minas Gerais tenha informação e para que haja capacitação daqueles que estão em Minas Gerais, no sentido de fazer com que não só possamos avançar em termos de legislação nacional, mas também nas estaduais e municipais. Solicito vênua e aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Em razão de o próximo item da pauta ser requerimento de minha autoria, solicito ao Deputado Alexandre Serfotis que assuma a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfotis) - Passamos ao próximo item.

Requerimento nº 117, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, que *“requer a convocação do Sr. Fernando Haddad, Prefeito da cidade de São Paulo, para prestar*



esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as feiras clandestinas de comércio de animais”.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar para encaminhar a matéria.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Na verdade, isso já foi explicado aqui. O Deputado Ricardo Tripoli sabe disso. Nós já tentamos, por diversas vezes, conversar com o Prefeito sobre o comércio ilegal de animais domésticos e silvestres na Avenida Jacu-Pêssego e em outros pontos da cidade de São Paulo. Não tivemos sucesso em ser recebidos. Estivemos no local, fizemos uma diligência, e nunca houve a consideração de sermos recebidos e ouvidos pelo Prefeito. Portanto, eu queria convocá-lo, para que ele venha falar conosco aqui, na CPI dos Maus-Tratos de Animais. Não vou poder atender ao meu amigo, Deputado Goulart, que pede para transformarmos em convite, por isso peço apoio aos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra ao Sr. Presidente Ricardo Izar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Requerimento nº 118, de 2015, do Sr. Junior Marreca, que *“requer que seja realizada audiência pública para apurar as denúncias de situação de abandono dos 15 mil animais, na capital maranhense, e a reativação da Zoonose”.*

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Junior Marreca, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Sr. Presidente, como já falei anteriormente, trata-se de uma denúncia feita pelo Deputado Wellington do Curso, Deputado Estadual do Maranhão. Ele fez essa denúncia já na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, e eu achei por bem, através do requerimento, convidá-lo para vir aqui fazer essa denúncia na nossa CPI.

São dois requerimentos, o nº 118 e o nº 119, que nós poderíamos, com a sua permissão, unificar. Pedi ao nobre Deputado, que já se encontra aqui na nossa Casa, que relate aquilo que ele proferiu no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos fazer a votação.



Vamos aprovar os Requerimentos nº 118 e nº 119 juntos. Os dois são de sua autoria.

Então, em discussão os dois requerimentos. *(Pausa.)*

Em votação os dois requerimentos, o 118/15 e o 119/15, do Sr. Junior Marreca.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Requerimento nº 120, de 2015, do Sr. Aureo, que *“requer que seja realizada visita técnica ao Exmo. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, Sr. Eduardo Paes, para tratar de resultados da diligência realizada na localidade de Ilha de Paquetá, quando foram constatados maus-tratos aos cavalos utilizados em charretes (tração animal), bem como condições das cocheiras e despejo de dejetos de animais na Baía da Guanabara”*.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Sr. Presidente, eu subscrevo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Requerimento subscrito pelo Deputado Alexandre Serfiotis, que encaminha o requerimento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Bem, foi feita uma diligência, uma visita à Ilha de Paquetá para que fossem apuradas as denúncias. Então, sem dúvida, pedi ao Prefeito do Rio de Janeiro que venha até esta CPI para que possamos dar encaminhamento àquilo que foi apurado; para que, diante do que foi analisado na diligência, o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro possa tomar providências quanto ao que foi apurado lá.

Então, subscrevo este requerimento do Deputado Aureo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Convido a tomar assento à mesa o Deputado Estadual do Maranhão Wellington do Curso.



Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Wellington do Curso.

O SR. WELLINGTON DO CURSO - Peço que Deus seja louvado.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Ricardo Izar, ao Deputado Ricardo Tripoli e, também, ao Deputado Junior Marreca, atuante Parlamentar do Estado do Maranhão.

É uma grata satisfação me encontrar na Câmara, me encontrar na CPI. Quero ressaltar a importância da CPI, a importância do trabalho realizado na Câmara e também a aproximação com a população, com os Estados e com as Assembleias Legislativas.

Eu sou Deputado de primeiro mandato, há apenas 9 meses, completando o décimo mês do mandato de Deputado Estadual. Fui sargento do Exército durante 15 anos. Quando meu pai me deixou, eu tinha 7 meses de nascido. Minha mãe era dona de um prostíbulo, era dona de um cabaré. Eu não tive vida boa, não tive vida fácil, e conquistei o mandato de Deputado Estadual com muito sacrifício, com muita luta.

Hoje eu quero ressaltar para todos o orgulho que eu tenho de ser Deputado Estadual. Visto a camisa de Deputado Estadual, tenho orgulho de ser Deputado Estadual. Sou professor, defensor da educação, e, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, temos atuado pautados na educação, na defesa e nos direitos dos animais.

Realizamos uma audiência pública no Estado do Maranhão para ouvir os protetores dos animais sobre o descaso na cidade de São Luís, principalmente, nos últimos 10 anos, quando se fala da atenção aos animais.

Aí, nós fizemos o requerimento, e, dada a minha determinação, além de ter mandado cópias para todos os *e-mails*, eu trouxe, em mãos, para entregar para cada um, Presidente, Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Terceiro Vice-Presidente, cada um, em mãos, nos gabinetes. Eu trouxe trinta cópias para que se possa fazer isso.

Passo a relatar o nosso pedido.

Indo ao encontro de proposição apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, com base em denúncias apuradas durante a audiência pública realizada no dia 15 de julho, solicitamos que seja realizada uma visita da Comissão



Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados a São Luís, objetivando apurar e investigar as problemáticas oriundas da desativação do Centro de Controle de Zoonoses de São Luís, bem como a situação de maus-tratos e abandono de mais de 15 mil animais em São Luís.

Senhoras e senhores, a situação em São Luís é calamitosa. É um absurdo! São mais de 15 mil animais abandonados nas ruas. Há duas situações: uma inicial, que é a proteção aos animais; e a segunda, que é uma situação de saúde pública. É o absurdo dos absurdos.

Como eu relatei no início para os senhores, eu tenho apenas 10 meses de mandato. Eu tenho ficado abismado com as nossas lutas, com as nossas defesas, no Estado do Maranhão e na cidade de São Luís. Ao realizarmos essa audiência pública, no dia 15 de julho, nós nos defrontamos com o absurdo número exagerado de animais perambulando na cidade de São Luís — gatos, cachorros, jumentos. Nós temos uma praça lá chamada de Praça dos Gatos, onde os animais ficam abandonados, e não se faz nada. Muitas reclamações já foram feitas, e não se faz nada.

O antigo Centro de Controle de Zoonoses de São Luís, antigo CCZ, que agora é UVZ — Unidade de Vigilância em Zoonoses, foi interditado e até hoje não possui sede. A interdição do antigo centro ocorreu em 2012 e teve como ponto inicial a denúncia feita pela ONG Bicho Feliz, sob a alegação de que os animais recebiam, em vez de assistência veterinária, injeção letal, e, em muitos casos, a eutanásia provocada nesses animais era feita de forma truculenta. Era ou através da combustão ou era colocado o motor de um fusca. Colocavam esses animais acondicionados num quarto fechado, e eles eram eutanasiados de forma cruel.

O Ministério Público tomou ciência disso, tomou a frente, com várias ações civis públicas. Em decorrência das denúncias, a Prefeitura de São Luís firmou um TAC com o Ministério Público, mas nada foi resolvido. Nós temos, inclusive, nos escritórios e nós colocamos um vídeo no Youtube de denúncias de vários telejornais em São Luís.

Destaco também outras mazelas com as quais os animais estão sofrendo e o abandono perceptível, como já falei, na Praça dos Gatos. Além dos 15 mil animais perambulando, nós temos uma praça que tem mais de duzentos gatos. É a



população que, bondosamente, vai até a Praça dos Gatos e os alimenta. Então, não há vacinação, não há um controle.

Vale mencionar também que, apesar de o Centro de Controle de Zoonoses estar desativado, os recursos continuam sendo recebidos pela gestão municipal e sem aparente aplicação, em 2013, 2014 e 2015. Em 2014, recebeu o valor de 350 mil reais; em 2015, 242 mil reais, e todo esse dinheiro foi repassado para a Prefeitura de São Luís, para o Centro de Controle de Zoonoses.

Note-se também que, no cadastro da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, continua cadastrado como centro e com sede em funcionamento. Só que está desativado desde 2012. Então, é um ato de improbidade, é um ato sobre o qual solicitamos inclusive informação da Prefeitura de São Luís, e não recebemos resposta. A UVZ da Capital está funcionando provisoriamente num departamento fechado do Hospital Dr. Carlos Macieira.

Ressalto também o recente surto de calazar na cidade de São Luís. No ano de 2014, nós tivemos somente um caso de calazar humano, que é a leishmaniose visceral, somente um caso em 2014. Quando iniciamos a nossa solicitação da visita da CPI a São Luís, eram 11 casos de leishmaniose visceral. E, na minha saída para São Luís ontem, mantive contato com a vigilância sanitária, já são 16 casos só em 2015 de leishmaniose visceral. Então, 16 pessoas já morreram vítimas da doença na Região Metropolitana de São Luís, uma média de um óbito por mês, ou mais de um óbito por mês, até a presente data. E, em todo o Maranhão, nós já temos aproximadamente 34 óbitos de calazar humano, que é a leishmaniose visceral.

Conforme mostram os dados da Secretaria Estadual de Saúde, de janeiro a agosto deste ano, foram registrados 11 casos em São Luís, e já passamos de 16 casos. E o último caso ainda não entrou na estatística, que é de um policial militar que estava com depressão. Ele havia sido desertor da Polícia Militar, perambulava pelas ruas de São Luís, foi localizado, estava preso e perdeu a vida no penúltimo final de semana, também vítima de calazar humano, leishmaniose visceral.

A quantidade de casos de pessoas diagnosticadas com a doença também vem aumentando nos últimos anos. Em âmbito estadual, em 2010, a Secretaria Estadual de Saúde notificou 413 casos de leishmaniose visceral, e, no ano seguinte,



esse quantitativo subiu para 475. Em 2012, principalmente por conta do Centro de Zoonoses que foi desativado, nós tivemos um número crescente.

Ante o exposto, solicitamos que seja realizada uma visita da CPI dos Maus-Tratos dos Animais em São Luís, com o objetivo de apurar e investigar as problemáticas oriundas da desativação criminosa do Centro de Zoonoses de São Luís, bem como a situação de abandono em que se encontram submetidos mais de 15 mil animais na Capital do Estado do Maranhão, São Luís. E, na possibilidade de a CPI visitar São Luís, que possam ser convocados o Ministério Público e o Promotor atuante, que é quem fez a solicitação para o fechamento do Centro de Zoonoses e que tem feito constantes denúncias.

Fica o meu apelo dramático na tarde de hoje: eu peço, humildemente, por gentileza, que a CPI possa nos dar atenção e possa ouvir o nosso pedido de socorro, porque a cidade de São Luís clama por socorro. Os animais em São Luís clamam por socorro. Eles não falam, mas têm direitos. E, na tarde de hoje, em defesa dos animais, eu solicito humildemente a presença da CPI na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Junior Marreca) - Eu quero parabenizar o nobre Deputado.

Passo a palavra, agora, ao nosso Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Deputado Marreca, eu queria aproveitar, sob a Presidência de V.Exa., para cumprimentar o nosso Deputado Estadual pelo trabalho que vem desenvolvendo. Com apenas 10 meses de serviços prestados à frente da Assembleia Legislativa do Maranhão, demonstra alto grau de capacidade, de apego e de dedicação à causa.

Eu gostaria de, da mesma forma, ao cumprimentar o Deputado Wellington do Curso, dizer que, se não tivermos mais tempo — a CPI já está se findando, nós solicitamos uma prorrogação que talvez dê só para concluirmos o relatório —, a ideia é manter o mesmo espírito, já consubstanciado na Comissão Parlamentar de Inquérito, na Comissão de Meio Ambiente.

Então, tenha certeza, Deputado, que nós estaremos preparados para recepcioná-lo. V.Exa. continue juntando a sua documentação, o seu trabalho, o seu



posicionamento lá na Assembleia Legislativa, remeta-nos o material, através do nosso representante, o Deputado Marreca, para que ele possa nos repassar e, a partir daí, agendarmos, já no início do próximo ano, uma visita ao Município lá no Estado para verificarmos exatamente a situação do Centro de Controle de Zoonoses, aqui relacionado por V.Exa., bem como a maneira como se faz o controle populacional de cães e gatos, essa maneira equivocada que é a eutanásia pura e simplesmente dos animais, sem buscar uma forma que eles possam estar convivendo, até porque são seres vivos. A sua sensibilidade inspira nosso trabalho. Tenha certeza, é uma grande contribuição que V.Exa. dá a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cumprimento, da mesma forma, o Deputado Marreca, que tem participado de todas as nossas audiências e se empenhado, representando, eu diria, à altura do seu Estado, o Maranhão, no que diz respeito à proteção dos nossos animais.

Aqui fica o nosso compromisso de que daremos sequência à solicitação feita e à denúncia apresentada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Junior Marreca) - Eu queria novamente agradecer ao nobre Relator pelo trabalho também.

Percebemos que o tempo realmente não vai nos permitir fazer esta audiência lá no Maranhão, mas vai ficar aqui, Deputado Wellington, o nosso compromisso de acompanhar esse trabalho, junto à Comissão de Meio Ambiente, para que possamos, tão logo haja oportunidade, ir ao Maranhão para verificar, *in loco*, essas denúncias graves feitas aqui por V.Exa. Nós temos que nos preocupar com essas criaturas que não falam, mas sofrem. V.Exa. tem demonstrado isso, no nosso Estado, tem tido o respeito da população não só nesse trabalho, mas nos demais trabalhos que presta à sociedade. V.Exa. realmente é um Deputado atuante, é um professor, é uma mente brilhante no Maranhão. Portanto, é uma pessoa que tem todo o nosso respeito. Então, eu quero agradecer a V.Exa. pela vinda aqui. A sua denúncia é importantíssima para que possamos alertar as autoridades do Maranhão.

De antemão, quero dar aqui as mãos a V.Exa. para que possamos procurar, de imediato, as autoridades competentes e, juntos, começar a dar passos e



sugestões, através do nosso conhecimento, e a exigir responsabilidade para com essa sua denúncia.

Quero passar a palavra ao nobre Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - O Relator já fez alguma indagação ao nobre Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Então faça primeiro, porque eu sou o Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu só fiz um cumprimento.

Houve uma denúncia apresentada aqui pelo Deputado do Estado do Maranhão ao Deputado Marreca. O Deputado Wellington apresentou denúncias do que ocorre no Centro de Controle de Zoonoses do Maranhão, ou seja, abandono dos animais lá no Estado, especificamente alguma coisa voltada inclusive à Capital. O volume em São Luís é muito grande. Fala também da maneira como os animais são tratados e como é feito esse controle populacional. Portanto, nós estamos registrando esse material.

Quanto à audiência que seria feita lá, como não há mais tempo de a Comissão realizá-la, nós apresentaremos isso na Comissão de Meio Ambiente, para que possamos obviamente dar continuidade a esse tema e aos demais temas que foram apresentados aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - V.Exa. não tem muito o que perguntar, porque o tema já está se repetindo.

Mas, no meu entender, o Maranhão é um caso atípico; tem um Governo novo, com pouco tempo — o Governador Flávio Dino é do meu partido.

Também não vou isentá-lo, não, vou fazer-lhe uma pergunta: qual é sua avaliação, com profundidade, do papel da Prefeitura nessa questão dos animais? Há veterinário? Há concursados? Como Deputado e militante da causa, eu gostaria que V.Exa. me dissesse como funciona isso lá. Ou não funciona? Primeiro, quero saber quanto ao Município.

O SR. WELLINGTON DO CURSO - Na verdade, na Capital, em São Luís, esse caso foi evidenciado nas duas últimas gestões, ou seja, com o Prefeito Tadeu Palácio e com o Prefeito João Castelo. E agora, na atual gestão, com o Prefeito



Edivaldo Holanda Júnior, ocorre da mesma forma. Há um descaso para com esses animais e o Centro de Zoonoses. Hoje, na verdade, não existe uma política de proteção e de atenção aos animais. Evidencia-se isso mais ainda não só na atenção dada aos animais, mas à saúde pública.

Eu acredito que todos têm acompanhado o grande número de microcefalia no Nordeste, ocasionada principalmente pelo zika vírus. Na verdade, os animais também são vítimas. O *Aedes aegypti*, por exemplo, que se localiza principalmente nas zonas rurais e de mata, com a ocupação do solo urbano, tem a tendência de invadir a cidade, o espaço urbano. E os animais são os primeiros hospedeiros do vírus. Portanto, eles também são vítimas do descaso e da falta de atenção.

Mas eu me reporto à pergunta de V.Exa. propriamente dita. Hoje em São Luís, há um descaso com a atenção aos animais, tanto é que, segundo a nossa denúncia, existem mais de 15 mil animais soltos e perambulando pela Capital.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Quantas ONGs ou associações existem lá, afora V.Exa., que trabalham essa questão de proteção dos animais? Lá no Ceará existe a UIPA e outros organismos.

Vocês têm alguma coisa organizada nesse sentido ou só V.Exa. milita nessa área, com mais algumas pessoas interessadas? Já existe alguma base que dá sustentação ou pelo menos faz protestos? A Câmara Municipal ou a Assembleia Legislativa têm algum órgão ou já fizeram alguma CPI nesse sentido? Seria mais ou menos isso.

O SR. WELLINGTON DO CURSO - O.k.. Eu sou Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Vice-Presidente da Comissão de Educação da Assembleia. Como eu falei, estou no primeiro mandato.

Na legislatura passada, havia inclusive o Deputado Estadual Victor Mendes. Hoje nós temos um companheiro que iniciou um projeto de lei em defesa dos animais, o Deputado Roberto Costa. Mas nós observamos que se trata de um projeto de lei que deixa muitas lacunas, muitas brechas. Por isso, entramos com um projeto mais amplo, para a criação do Código de Proteção Animal do Estado do Maranhão, uma legislação mais ampla e que pode ter uma abrangência maior.

Lá existem muitas ONGs em defesa dos animais e dois promotores que também são muito atuantes.



Inclusive, Deputado Ricardo Izar e Deputado Ricardo Tripoli, eu vou pedir, mais uma vez encarecida e humildemente, que tenham sensibilidade — mesmo com esse tempo exíguo e com a dilatação que já houve do prazo da CPI — e vejam a possibilidade de ir pelo menos um dia ir a São Luís, porque a população daquela Capital pede socorro, os animais pedem socorro.

Como nós relatamos, há mais de 15 mil animais perambulando por São Luís. No ano de 2014, só houve um caso de calazar, a leishmaniose visceral; e neste ano de 2015, já são 16 casos de leishmaniose visceral. Então, é uma situação de calamidade pública.

Eu peço o apoio do Deputado Junior Marreca e do Deputado Victor Mendes, para que abracem essa causa em defesa da população ludovicense e dos animais, que intercedam junto à CPI e tentem encontrar um meio-termo. Espero que, ainda no ano de 2015, possamos conseguir uma data, um único dia que seja, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, para debatermos com a Câmara Municipal, com a Assembleia Legislativa, com o Dr. Ronald e com os dois promotores do Ministério Público que são atuantes nessa área.

Enfim, Deputado Chico Lopes, lá existem muitos organismos em defesa dos animais. Mas nós estamos com as mãos atadas e não somos ouvidos. A CPI é uma luz no final do túnel, uma luz que se acendeu nas nossas vidas. Eu tenho me agarrado com unhas e dentes à CPI, tanto é que enviei a solicitação para o *e-mail* de cada um dos senhores e trouxe 30 pastas, 30 denúncias, para entregar ao gabinete de cada um e sensibilizá-los.

Eu sei da importância da CPI. Eu tenho acompanhado a CPI e os requerimentos por ela aprovados. Mas, não desmerecendo os demais, eu coloco para apreciação dos senhores, na tarde de hoje, o pedido de uma população que clama por atenção, de uma população que pede socorro.

Eu já deixei bem claro e vou repetir: os animais não têm voz, mas têm direitos. E os animais de São Luís necessitam de atenção. Desde 2012, o Centro de Zoonoses está desativado. Não há a quem recorrer. Isso é uma falta de vergonha, é o absurdo dos absurdos! E o pior de tudo é que, com relação a qualquer tipo de informação que solicitamos ao Centro de Controle de Zoonoses e à Prefeitura de São Luís, fica o dito pelo não dito, não há resposta.



Nesse sentido, nós daremos entrada a uma ação popular na semana que vem — na segunda-feira estará tudo pronto —, para solicitar a reativação do Centro de Zoonoses. Estamos vivendo um momento difícil na cidade de São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Junior Marreca) - Deputado Ricardo Izar, eu vou passar a palavra para o Deputado Victor Mendes, que está inscrito, e depois eu passo a palavra para V.Exa. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Desculpe-me, Deputado Chico Lopes! Conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, eu não sei se V.Exa. observou, mas eu vejo que no Norte e no Nordeste as questões com os animais são muito mais complicadas do que no Sul e no Sudeste do País.

Há o absurdo do caso do Pará, numa questão que por si só já é complicada lá no Norte. Agora vem o caso do Maranhão, que é próximo à Região Norte. E na Região Nordeste há a questão dos jumentos. Lá é mais organizada a defesa dos animais, mas os jumentos não escaparam de ser enviados para a China. Ainda bem que eles eram para o consumo humano, que o pecado é muito mais legal. A pessoa pode pedir perdão a Deus, pois sabe falar, mas o jumento, que já foi, não sabe.

Portanto, eu queria parabenizar o Deputado Wellington do Curso e dizer que essa caminhada ainda será longa. Se nós não tratamos bem nem as pessoas, agora imagine os animais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Junior Marreca) - Tem a palavra o Deputado Victor Mendes.

O SR. DEPUTADO VICTOR MENDES - Boa tarde, Sr. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, todos os presentes.

Na verdade, eu gostaria apenas de endossar o que o Deputado Wellington do Curso disse. Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa de se deslocar até aqui, para dialogar com a CPI e chamar a atenção para esse descaso que acontece com os animais em todo o Maranhão, não só na Capital. Isso já foi colocado pelo Deputado Junior Marreca, que tem apresentado requerimentos nesse sentido e sempre que pode participa da CPI.

Eu quero dizer que todos os atores e protagonistas — sejam eles Deputados Federais e Estaduais, Vereadores ou representantes do Poder Executivo Municipal — têm que ter uma sensibilidade maior. Eu fiz a minha parte e coloquei uma



emenda, essa emenda a que nós novatos, Deputados de primeiro mandato, temos direito, para que seja instalado um castramóvel em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão.

Lá em São Luís não existem ONGs ou entidades muito bem constituídas. Há muitos protetores individuais e duas associações mais bem organizadas, como a Associação Maranhense em Defesa dos Animais — AMADA.

Esse ainda é um processo embrionário, mas que, acredito, está começando a sensibilizar os atores políticos. A prova disso é V.Exa., Deputado Wellington do Curso, o Deputado Junior Marreca, assim como eu e o Deputado Estadual Roberto Costa, que foi autor da lei no Maranhão, que está sendo revista, corrigida e ampliada por V.Exa.

No mais, eu quero também chamar a atenção dos colegas Parlamentares. Eu endosso e ratifico a necessidade de esta CPI fazer uma visita ao Maranhão assim que for possível, até para alertar a sociedade maranhense e ludovicense sobre o descaso com os animais no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Junior Marreca) - Tem a palavra o Deputado Ricardo Izar.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Deputado Junior Marreca por trazer à Comissão esse assunto, que acho importante. Cumprimento também o Deputado Wellington do Curso, que está fazendo a denúncia.

Infelizmente o que está acontecendo em São Luís acontece em quase todos os Municípios do Brasil: o descaso com os centros de zoonose, cujo funcionamento, na verdade, é obrigatório em cidades com população acima de 40 ou 50 mil habitantes, não me recordo bem. Nós também não vemos políticas públicas de castração de animais e de combate a zoonoses em quase nenhum lugar do Brasil, com raras exceções.

Eu queria sugerir ao Relator, Deputado Ricardo Tripoli, que coloque no relatório, é lógico, essas denúncias. No entanto, só vai haver mudanças no Brasil quando conseguirmos mudar a legislação vigente.

Existem projetos importantes tramitando aqui na Casa que dispõem, por exemplo, sobre a proibição de eliminação de cães e gatos em centros de zoonoses;



sobre a implantação de programas de castração em âmbito federal, pois hoje o Governo Federal não disponibiliza no Orçamento recursos a serem enviados aos Municípios e Estados e aplicados em políticas públicas de castração.

Eu queria propor ao Deputado Wellington do Curso que apresentasse um projeto de lei, porque muitas vezes a tramitação é mais rápida na Assembleia Legislativa do que aqui na Câmara dos Deputados.

O próprio Deputado Ricardo Tripoli é autor de um projeto de lei de 2007, do Estatuto do Bem-Estar Animal, que está parado na Comissão desde que foi apresentado. Infelizmente a celeridade que se dá aqui a esse assunto é muito menor do que deveria ser.

Talvez na Assembleia Legislativa, o Deputado Wellington do Curso consiga algum resultado pelo menos para remediar isso de forma local, no seu Estado. Caso seja preciso, nós até dispomos de alguns projetos que já existem. Quem sabe lá eles não são aprovados antes do que aqui? Pode ser algum projeto que proíba a eliminação de cães e gatos saudáveis, algum que determine que haja políticas públicas de castração ou algum que determine que os centros de zoonoses funcionem.

A nossa assessoria coloca-se à disposição para ajudá-lo a elaborar esses projetos. Mas acho que a CPI tem de dar um encaminhamento possível.

Já que eu estou com a palavra, quero aproveitar para fazer uma proposição. Nós estamos vivendo um momento muito crítico na questão de Mariana, onde milhares de animais foram afetados. Acho que talvez tenha sido a maior catástrofe ambiental do último século no Brasil.

Nós ainda não sabemos das consequências não só em relação a Mariana, mas em relação a tudo o que vai ao longo do rio e em relação ao mar. Nós não sabemos até onde vai isso e quantos animais estão sendo afetados.

Os responsáveis precisam ser punidos de alguma forma. Em qualquer outro país do mundo, já teria sido tomada alguma providência. Mas aqui estão demorando: já faz 17 ou 18 dias que aconteceu o fato, e nada foi feito.

Portanto, eu acho que esta CPI poderia entrar, sim, nesse assunto e de alguma forma cobrar dos responsáveis que tomem providências para minimizar os prejuízos pelo menos, porque recuperar os danos, infelizmente, não dá mais.

Essa era a proposição que eu queria fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Junior Marreca) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, eu só queria aproveitar a fala do nosso Presidente, Deputado Ricardo Izar, para lembrar duas questões.

Sem sombra de dúvida, Mariana fará parte do nosso relatório, até porque foram comprometidos 800 quilômetros de rio, afetando sobremaneira a nossa fauna, sem contar os peixes que foram recolhidos às margens dos rios, cerca de oito toneladas em 17 dias. Ou seja, é um impacto ambiental sob todos os aspectos, não só na flora e na fauna, mas no desenvolvimento local. Há, portanto, uma preocupação muito grande.

Quando se vê a imprensa falar de uma multa de 1 bilhão de reais, a impressão que se tem é de que, no dia seguinte, esse dinheiro estará disponível para a recuperação do meio ambiente e dos imóveis afetados. Isso não é verdade. O ideal seria que fosse feito um Termo de Ajustamento de Conduta — TAC, obrigando a que fossem depositados recursos em uma determinada conta, primeiro para atender às comunidades locais; e segundo para atender à recuperação do meio ambiente, que uma empresa multinacional e uma empresa brasileira, a Vale, impactaram de maneira terrível.

Nós também vamos referendar a rubrica a que V.Exa. faz referência, pois sabemos que o Governo Federal, mais especificamente o Ministério da Saúde, tem certo preconceito com a questão dos animais. Eles não entendem que saúde pública tem a ver com a questão dos animais. Causa-me muita estranheza o fato de que, quando nós falamos da leishmaniose e da cinomose, eles dizem: *“Não, essa é uma questão a ser discutida com o Meio Ambiente”*. Mas, quando existem as campanhas de vacinação antirrábica, realizada há décadas, é o Ministério da Saúde que disponibiliza as vacinas. Ou seja, em relação à raiva, o Ministério da Saúde disponibiliza as vacinas para os animais, mas em relação à leishmaniose e à cinomose, por exemplo, dentre outras endemias existentes na área ambiental, ele ignora.

Eu e o Deputado Ricardo Izar estivemos em várias reuniões com entidades não governamentais, tentando demonstrar ao Ministério da Saúde que seria



fundamental e importante que isso fosse repassado aos Governos Estaduais e Municipais. Mas não conseguimos nenhuma resposta.

Quem sabe agora, se isso constar do relatório, nós consigamos fazer com que o Ministério da Saúde entenda que a saúde pública também tem a ver com a saúde dos nossos animais, pela interação entre animais e homens e pelo volume de animais, principalmente domésticos, no Brasil.

Nós não estamos aqui falando de animais de criação. A questão dos animais de criação é tratada pelo Ministério da Agricultura, é outra questão. No nosso caso especificamente seria, sim, o Ministério da Saúde.

A nossa CPI não deu muita sorte ou deu sorte até demais, porque, quando fez a convocação, no dia seguinte caiu o Ministro. Então, não sei se ele caiu por conta da convocação que foi aprovada aqui. Mas, com a convocação, ficou um recado ao Ministério da Saúde para que entenda e reveja essa questão.

Portanto, isso está anotado e fará parte do nosso relatório, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Sr. Presidente, eu só quero fazer uma observação. Como o Deputado Ricardo Tripoli falou da questão da leishmaniose, eu apenas quero comunicar aos demais Deputados que, na terça-feira que vem, haverá aqui uma audiência muito importante, em que vai ser mostrado cientificamente como a leishmaniose chegou ao Brasil.

Tal fato também se deve a um consórcio de empresas que fizeram o gasoduto, pelo qual até hoje não foram punidas. Milhares de pessoas adquiriram a leishmaniose, algumas pessoas foram a óbito e milhares e milhares de animais tiveram que ser sacrificados. Tudo isso ocorreu por causa de uma obra que foi feita inadequadamente, sem que houvesse a devida contenção e prevenção para que a leishmaniose não chegasse ao Brasil.

Portanto, é uma audiência pública importante, para a qual eu queria contar com a presença de todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Junior Marreca) - Antes de encerrar, eu quero agradecer ao Deputado Ricardo Izar por ter me dado a oportunidade de exercer a presidência dos trabalhos; quero agradecer a todos os nobres Deputados; quero agradecer ao Deputado Wellington do Curso pela coragem, pela ousadia e pela determinação.



Deputado Wellington do Curso, antes de chegarmos ao Maranhão com a nossa CPI, vamos nos dar as mãos para que possamos tratar do assunto do centro de zoonose não só em São Luís, mas nos Municípios onde a lei determina que ele funcione. Espero que, com as nossas emendas, com o nosso apoio e com as nossas sugestões, possamos corrigir esses erros que vêm acontecendo, como V.Exa. mesmo disse, há quase 1 década e possamos ajudar a nossa ilha e o nosso Estado do Maranhão.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 25, quarta-feira, às 14h30min, com pauta a ser definida.

Está encerrada a reunião.